

---

**EDITAL nº 02/2022 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DA  
CAPITAL****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com fundamento no art. 3º, inciso III e nos artigos 127 e 129, da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Complementar Federal nº 8.625/93; nos artigos 46, 47 e 97/100, da Lei Complementar Estadual nº 734/93; no art. 59, da Resolução n. 1.342-CPJ e na Resolução n. 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público,

Em parceria com o **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT**, que mantém convênio de cooperação técnica com este Ministério Público,

resolvem realizar conjuntamente **AUDIÊNCIA PÚBLICA** sobre o tema “poluição sonora”, a ser realizada no dia 22 de junho de 2022, a partir de 08h30, no auditório Queiroz Filho, situado na Rua Riachuelo, nº 115, Centro (prédio central do Ministério Público), duração dos trabalhos estimada para até as 18h00 do mesmo dia.

A audiência pública visa coletar informações técnicas, percepções da sociedade civil sobre a exposição ao ruído ambiente, conscientizar a sociedade civil e autoridades públicas sobre a relação entre ruído ambiente e saúde, individual e coletiva, e colaborar para o encontro de estratégias úteis na busca de solução de problemas enfrentados globalmente pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital nesta temática.

Em levantamento estatístico datado do final do mês de maio de 2022, constatou-se que mais de 30% (trinta por cento) do volume das investigações que tramitam pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital tem por objeto a apuração dos ruídos e adoção de medidas fiscalizatórias e punitivas com relação aos responsáveis diretos (são aproximadamente 370 investigações).

Tais números revelam, por si mesmos, que existe uma alta demanda social por este tema que se revela, a cada vez mais, aflitivo para a população, sendo necessária a coleta de informações técnicas, de ordem jurídica e extrajurídica para que este problema seja corretamente dimensionado e combatido pelos atores sociais responsáveis pela implementação da legislação ambiental e desenvolvimento de políticas públicas.

A farta literatura científica que se refere ao tema revela, sem esforço, que a exposição da população a ruídos afeta a sua saúde, tanto na esfera individual como coletiva, e que disso decorre grande prejuízo à dinâmica das relações econômicas, humanas, sociais, trabalhistas, e outras relações que os cidadãos e a própria sociedade estabelecem.

De outro aspecto, as normas legais atualmente existentes destacam o combate ao ruído apenas por meio da responsabilidade, ou seja, um aspecto unicamente punitivo, urgindo a inauguração de uma discussão pública e social acerca de outras estratégias a serem elaboradas, a exemplo de incentivos tributários e fiscais para os estabelecimentos, públicos e privados, que pretendam ser insonorizados ou que desenvolvam barreiras acústicas e outros métodos de controle de ruído.

O desafio sempre presente é conciliar a proteção dos bens ambientais e extra ambientais, neste caso o silêncio ambiental e a saúde humana, com interesses igualmente legítimos da sociedade civil, tais como a exploração de atividades econômicas e realização de obras e eventos.

A audiência contará com a seguinte programação:

Manhã
-------

### **8h30 - 9h00: Solenidade de Abertura**

Procurador-Geral de Justiça  
Secretária do Conselho Superior do Ministério Público  
Corregedor Geral do Ministério Público  
Diretor da Escola Superior do Ministério Público  
Diretor Executivo do IPT  
Coordenador do Centro Técnico de Habitação e Edificações do IPT

### **9h00 - 9h40: Poluição e Incomodidade Sonora: Problema de Saúde Pública**

Adelaide Nardocci – professora pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da USP (20´)  
Paulo Saldiva – professor pesquisador da Faculdade de Medicina da USP (20´)

### **9h40 - 10h20: Sociedade Civil no Enfrentamento da Poluição e Incomodidade Sonora**

Sergio Reze - Movimento Defenda São Paulo - MDSP (20´)  
Jupira Cahuy - Movimento de Moradores da Água Branca e Cades Lapa (20´)

### **10h20 - 11h00: Poluição e Incomodidade Sonora: Estabelecimentos Comerciais - Aspectos Técnicos**

Fulvio Vittorino - Centro Técnico Habitação e Edificações IPT  
Sindicatos (estabelecimentos comerciais)

**11h00 - 11h20: Poluição e Incomodidade Sonora: Estabelecimentos Comerciais - Aspectos Jurídicos**

Jorge Alberto Mamede Masseran – 6º Promotor de Justiça Meio Ambiente da Capital (MPSP)

Tarde
-------

**14h00 - 15h00: Poluição e Incomodidade Sonora - Construção Civil - Aspectos Técnicos**

Fulvio Vittorino - Centro Técnico Habitação e Edificações IPT  
Sinduscon SP  
Representante da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos

**15h00 - 15h20: Poluição e Incomodidade Sonora - Construção Civil - Aspectos Jurídicos**

Geraldo Rangel de França Neto – Promotor de Justiça da Capital

**15h20 - 17h00: Poder Público e Controle da Poluição e Incomodidade Sonora**

Guilherme Higa – Diretor Técnico da Divisão do Silêncio Urbano / Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais  
Representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo  
Marcelo Aquilino - Centro Técnico Habitação e Edificações IPT  
Vereador Paulo Frange – Presidência da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente / Câmara Municipal de São Paulo  
Deputado Mário Maurici de Lima Morais – presidente da Comissão de Educação e Cultura da ALESP e membro das Comissões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Transportes e Comunicação

**17h00 - 18h00: Leitura do Relatório Final e Encerramento**

A audiência pública será realizada de forma presencial e também será transmitida pelo canal do Ministério Público no Youtube.

As pessoas que pretendam se manifestar, oralmente, deverão realizar a sua inscrição, unicamente de forma presencial, e poderão fazê-lo pelo lapso de 5 (cinco) minutos. A inscrição será realizada mediante o preenchimento de dados pessoais (nome completo, número do documento de identificação, telefone e e-mail para contato), em lista que estará disponível na entrada lateral do Auditório Queiroz Filho.

O encontro contará com a presença de Promotores e Procuradores de Justiça, de membros do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de pesquisadores científicos, de membros do Governo do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, de lideranças de organizações e movimentos sociais

A este edital será conferida publicidade, com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em sítio eletrônico e afixação na sede da unidade do Ministério Público e as deliberações, opiniões, sugestões, críticas e/ou informações emitidas no evento, ou dele decorrentes, terão caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a subsidiar a atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

JORGE ALBERTO MAMEDE MASSERAN  
6º Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital